



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

AVISO DE CONTRATAÇÃO:

Nº DE003/2026PMQ

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE.

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ORNAMENTAÇÃO, DECORAÇÃO TEMÁTICA E ELEMENTOS CENOGRÁFICOS, INCLUINDO CONFEÇÃO, MONTAGEM, INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS JUNINOS 2026 DO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE/BA, VISANDO À DECORAÇÃO DE PRAÇAS, VIAS PÚBLICAS, ESPAÇOS DE EVENTOS E DEMAIS LOCAIS DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 65.073,75 (SESSENTA E CINCO MIL, SETENTA E TRES REAIS, SETENTA E CINCO CENTAVIOS).

DATA DA SESSÃO:

03 DE JUNHO DE 2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES:

08 ÀS 14 HORAS



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº DE003/2026PMQ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 094/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, sediada na Rua Hermógenes José da Silva, S/N – Centro, Quijingue – Bahia, representado pelo seu Prefeito o Sr. José Romero Rocha Matos Filho por meio do Agente de Contratação, realizará **DISPENSA**, em sua forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, na Plataforma **LICITANET** por meio do site <https://licitanet.com.br>, com critério de julgamento menor preço por item, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Nº 249 de 03 de Março de 2022 e o Decreto Nº 460, 17 de janeiro de 2024, demais legislação aplicável.

Data da sessão: 03 de junho de 2026

Horário: 08h00min às 14h00min

Link: <https://licitanet.com.br>

Critério de Julgamento: Menor preço por lote

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

1.0. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de ornamentação, decoração temática e elementos cenográficos, incluindo confecção, montagem, instalação e desmontagem, destinados à realização dos festejos juninos 2026 do município de Quijingue/BA, visando à decoração de praças, vias públicas, espaços de eventos e demais locais definidos pela administração municipal**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por lote**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.0. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras da LICITANET – <https://licitanet.com.br>, disponível no Portal do LICITANET, no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br>.

2.2. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema da Plataforma da LICITANET, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.3. O <https://licitanet.com.br> poderá ser acessado pela web.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

2.4. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.5. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.5.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.5.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.5.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.5.5. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.5.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.5.7. Sociedades cooperativas.

3.0. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca dos serviços, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.5. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.8. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Aviso de Contratação Direta, o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.10.1 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.10.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.10.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.12. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.13. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.14. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.15. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

4.0. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.6. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

4.7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5.0. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

5.4. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.5. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.6. Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

5.7. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários, no prazo de **2 (duas) horas**.

5.8. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.9. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora, se for o caso.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.11.1. Contiver vícios insanáveis;

5.11.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.11.3. Apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.11.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.11.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:

5.11.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.11.7. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.11.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.11.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.11.10. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.11.11. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.11.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.11.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6.0. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

mantido pela Controladoria-Geral da União:
<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro>.

c) Relação de apenados TCM/BA, através do link
<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>.

6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.

6.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.7. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.8. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do sistema eletrônico da realização do certame no site do <https://licitanet.com.br>, nos documentos por ele abrangidos.

6.9. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes no sistema da **LICITANET** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.7. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.10. Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo 2 (duas) horas, contados da convocação a ser exposta.

6.11. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **2 horas**, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

6.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.13. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.14. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.15. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.16. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.17. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.19. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.20. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6.22. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de serviços para pesquisa e desenvolvimento de que trata a



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal. (art. 20 da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

7.0. DA CONEXÃO NO SISTEMA

7.1. Os licitantes deverão permanecer conectados no sistema após a etapa de lances até o encerramento do certame para:

- a) Responder em campo próprio eventual negociação solicitada;
- b) Encaminhar a proposta readequada ao último lance ofertado;
- c) Encaminhar os documentos de habilitação no campo do sistema utilizado para julgamento das propostas;
- d) Responder ao chat sobre quaisquer outros questionamentos formulados;

7.2. A ausência de manifestação quanto a possibilidade de negociação poderá ser entendida como impossibilidade de redução dos valores.

7.3. A ausência de envio da proposta reajustada ao último lance ofertado incorrerá na desclassificação da proposta.

7.4. A ausência de envio de documentos de habilitação solicitados pelo Agente de Contratação incorrerá na inabilitação do licitante.

8.0. CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de até **03 (dias) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.5. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.9. A vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, conforme o que preceitua o Art. 106 da lei 14.133/2021, considerada da data de assinatura do respectivo Contrato, e por se tratar de serviços de uso continuado o contrato poderá ser prorrogado de acordo com o Art. 107 da lei 14.133/2021.

8.10. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.0. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

9.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

9.1.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

de agosto de 2013.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

9.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

9.5 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

9.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

9.10. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

9.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

9.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

10.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

10.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.1.3. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.1.4. Fixar prazo para que possa haver adequação das



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.12.1. ANEXO I – Termo de Referência;

10.12.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;

10.12.3. ANEXO III – Modelo Padronizado de Proposta



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

10.12.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;
Quijingue/BA, 04 de maio de 2026.

José Romero Rocha Matos Filho
Prefeito Municipal de Quijingue

Raquel de Andrade Barreto
Secretária Municipal de Turismo e Cultura



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº DE003/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 094/2026
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

01 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 6º, XXIII e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

1.1. Constitui objeto da presente contratação a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de ornamentação e decoração temática junina, destinados à realização dos Festejos Juninos 2026 do Município de Quijingue/BA, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO
1	BALÃO COM ESTRUTURA DE FERRO GALVANIZADO 3/8 E REVESTIDO EM TECIDO XITAS FLORAIS, COR AZUL MEDINDO 1,5 DE LARGURA X 3M DE ALTURA.	UNIDADES	4	R\$ 266,67
2	BALÃO COM ESTRUTURA DE FERRO GALVANIZADO 3/8 E REVESTIDO EM TECIDO XITAS FLORAIS, COR VERMELHA MEDINDO 1,80 M DE ALTURA X 1,0 M DE LARGURA.	UNIDADES	80	R\$ 131,67
3	BALÃO COM ESTRUTURA DE FERRO GALVANIZADO 3/8 REVESTIDO EM TECIDO XITAS FLORAIS, COR VERDE. MEDINDO 1,50M ALTURA X 0,70CM LARGURA.	UNIDADES	16	R\$ 80,00
4	BANDEIROLA EM PLÁSTICO LEITOSO, NAS CORES DO BRASIL VERDE, AMARELO, AZUL, , BRANCO, MEDINDO 25CM ALTURA X 15CM LARGURA. PACOTE CONTENDO 10M.	PACOTES	7.000	R\$ 4,88
5	CACTO MEDINDO 1,50 DE ALTURA POR 70 CM DE LARGURA, ESTRUTURA DE FERRO GALVANIZADO 3/8 REVESTIDO EM MALHA VERDE.	UNIDADES	30	R\$ 163,33
6	FOGUEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO GALVANIZADO 3/8, REVESTIDA EM TECIDO TIPO MALHA, NA COR MARROM. MEDINDO 4M ALTURA X 2,0 LARGURA.	UNIDADES	1	R\$ 1.816,67



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

7	MINI BALÃO COM ESTRUTURA DE FERRO GALVANIZADO 3/8, REVESTIDO EM TECIDO XITAS FLORAIS, COR AMARELA MEDINDO 0,80CM DE ALTURA X 0,40CM LARGURA.	UNIDADES	100	R\$ 70,00
8	ESTANDARTE ARTESANAL COM MATERIAL DE XITA FLORAIS E ACABAMENTO COM SEDA COLORIDA COM IMAGENS DOS 3 (TRÊS) SANTOS JUNINOS. MEDINDO 80CM POR 1,20 M.	UNIDADES	70	R\$ 61,67

1.2. A contratação compreende o fornecimento de bandeirolas, tecidos decorativos, malhas, elementos cenográficos, adereços temáticos, peças decorativas, materiais de ambientação, itens de composição visual, estruturas decorativas e demais materiais correlatos necessários à ornamentação dos espaços públicos destinados à realização das festividades juninas.

1.3. Os materiais serão utilizados na decoração de praças públicas, ruas, avenidas, portais, espaços de eventos, prédios públicos e demais locais definidos pela Administração Municipal para realização dos festejos.

1.4. O fornecimento ocorrerá de forma integral ou parcelada, conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento contendo os quantitativos e especificações dos materiais a serem entregues.

1.5. Todos os materiais deverão atender às especificações técnicas definidas pela Administração Municipal, observando padrões adequados de qualidade, resistência, durabilidade, acabamento e segurança.

1.6. O objeto da contratação é caracterizado como fornecimento de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.7. A presente contratação tem por finalidade garantir a adequada ambientação e caracterização temática dos espaços destinados aos Festejos Juninos 2026, fortalecendo as manifestações culturais, promovendo a valorização das tradições nordestinas e proporcionando melhores condições para realização das atividades festivas promovidas pelo Município.

1.8. Estão incluídos no objeto todos os custos necessários ao fornecimento dos materiais, incluindo aquisição, embalagem, transporte, carregamento, descarregamento, tributos, encargos e demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução da contratação.

02. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

Base legal: Art. 6º, inciso XIII, e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

2.1. A presente contratação tem por objeto o fornecimento de materiais de ornamentação e decoração temática junina destinados à



Prefeitura Municipal de QUIJUNGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

realização dos Festejos Juninos 2026 do Município de Quijungue/BA, conforme especificações e quantitativos definidos neste Termo de Referência.

2.2. Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, o objeto caracteriza-se como **bem comum**, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade e especificações podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

2.3. Os materiais que compõem o objeto da contratação são amplamente comercializados por fornecedores especializados, possuindo características padronizadas e facilmente identificáveis, permitindo a comparação objetiva entre as propostas apresentadas pelos licitantes.

2.4. A contratação não envolve atividade predominantemente intelectual, inovação tecnológica complexa, fornecimento exclusivo ou solução técnica singular, razão pela qual não se enquadra como contratação de natureza especial.

2.5. Considerando as características do objeto e a possibilidade de definição objetiva das especificações técnicas, a seleção da proposta mais vantajosa poderá ocorrer mediante procedimento de contratação direta, observadas as hipóteses legais previstas na Lei nº 14.133/2021 e as disposições constantes do Aviso de Contratação Direta.

2.6. Os materiais objeto da contratação compreendem, entre outros, bandeiras, tecidos decorativos, malhas, elementos cenográficos, adornos temáticos, peças decorativas, itens de ambientação, estruturas ornamentais e materiais correlatos destinados à composição visual dos espaços públicos onde serão realizados os festejos juninos.

2.7. A contratação possui natureza de fornecimento de bens, não se caracterizando como prestação continuada de serviços, sendo sua execução vinculada ao atendimento de demanda específica relacionada à realização dos Festejos Juninos 2026.

2.8. A classificação do objeto como bem comum encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.9. Dessa forma, fica caracterizado que o objeto da presente contratação consiste em fornecimento de bens comuns, com especificações usuais de mercado e plenamente compatíveis com os critérios de objetividade exigidos pela legislação vigente.

03 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de promover a adequada ornamentação e ambientação dos espaços públicos destinados à realização dos Festejos Juninos 2026 do Município de Quijungue/BA, evento tradicional que integra o calendário cultural municipal e representa importante manifestação da cultura popular nordestina.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

3.2. Os festejos juninos constituem uma das principais celebrações culturais do Município, reunindo moradores, visitantes, artistas locais, comerciantes e diversos segmentos da sociedade, contribuindo para a valorização das tradições culturais, fortalecimento da identidade regional e incentivo às manifestações artísticas e folclóricas.

3.3. A decoração temática dos espaços públicos é elemento indispensável para caracterização do ambiente festivo, proporcionando identidade visual compatível com o evento, valorizando os aspectos culturais da festividade e promovendo maior integração entre a população e as atividades desenvolvidas pela Administração Municipal.

3.4. A contratação dos materiais de ornamentação e decoração permitirá a ambientação adequada de praças, ruas, avenidas, portais, prédios públicos, espaços de eventos e demais locais destinados à realização das festividades, contribuindo para a melhoria da experiência dos participantes e para o fortalecimento das ações culturais promovidas pelo Município.

3.5. A Administração Municipal não dispõe, em seu estoque ou estrutura própria, da quantidade e variedade de materiais necessários para atender integralmente às demandas de decoração exigidas para a realização dos festejos, tornando necessária a aquisição dos itens junto ao mercado especializado.

3.6. A solução pretendida mostra-se adequada, necessária e proporcional à demanda existente, permitindo o atendimento do interesse público mediante fornecimento de materiais compatíveis com as características e dimensões do evento.

3.7. A contratação também contribui para o desenvolvimento econômico local, fomentando atividades relacionadas ao comércio, turismo, gastronomia, artesanato e demais setores beneficiados pela realização dos festejos juninos.

3.8. Considerando a relevância cultural, social e econômica do evento, bem como a necessidade de garantir a adequada preparação dos espaços públicos destinados às comemorações, verifica-se que a contratação encontra-se plenamente justificada e alinhada aos objetivos institucionais da Administração Municipal.

3.9. Dessa forma, a contratação pretendida revela-se necessária, conveniente e oportuna, atendendo ao interesse público e contribuindo para a realização dos Festejos Juninos 2026 com a estrutura visual adequada às tradições culturais do Município de Quijingue/BA.

04 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Base legal: Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/2021.

4.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de ornamentação e decoração temática junina, destinados à ambientação dos espaços



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

públicos utilizados na realização dos Festejos Juninos 2026 do Município de Quijingue/BA.

4.2. A contratação contempla o fornecimento dos materiais necessários à composição visual e decorativa do evento, incluindo bandeirolas, tecidos decorativos, malhas, adereços temáticos, elementos cenográficos, peças ornamentais, itens de ambientação, materiais de identificação visual e demais produtos correlatos indispensáveis à caracterização dos festejos.

4.3. Os materiais serão utilizados na decoração de praças, ruas, avenidas, portais de acesso, prédios públicos, espaços culturais, áreas de convivência, palcos, estruturas de eventos e demais locais definidos pela Administração Municipal para realização das festividades.

4.4. A solução foi concebida para proporcionar identidade visual compatível com as tradições juninas, valorizando elementos culturais característicos da região Nordeste, fortalecendo as manifestações populares e promovendo maior integração entre a população e as atividades culturais desenvolvidas pelo Município.

4.5. O fornecimento dos materiais deverá ocorrer dentro dos prazos estabelecidos pela Administração, permitindo a execução antecipada da decoração e garantindo que todos os espaços estejam devidamente preparados antes do início das festividades.

4.6. Os produtos fornecidos deverão apresentar qualidade compatível com sua finalidade, observando requisitos de resistência, durabilidade, acabamento e segurança, especialmente considerando sua utilização em ambientes abertos e sujeitos às condições climáticas típicas do período.

4.7. A solução adotada busca assegurar a padronização da ornamentação dos espaços públicos, promovendo uniformidade visual, valorização estética do evento e melhor aproveitamento dos recursos públicos empregados na realização das festividades.

4.8. A contratação junto ao mercado especializado mostra-se como a alternativa mais eficiente e economicamente vantajosa, considerando que a Administração não dispõe de estrutura própria, estoque de materiais ou capacidade operacional suficiente para atender integralmente à demanda existente.

4.9. A aquisição dos materiais permitirá maior flexibilidade na execução da decoração, possibilitando que a Administração realize a distribuição e utilização dos itens conforme o planejamento definido para cada localidade e programação do evento.

4.10. A solução contribuirá para o fortalecimento da cultura local, promoção do turismo, incentivo à economia municipal, valorização das tradições juninas e melhoria da experiência dos moradores e visitantes durante os Festejos Juninos 2026.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

4.11. Dessa forma, conclui-se que a contratação do fornecimento de materiais de ornamentação e decoração temática representa a solução mais adequada para atender às necessidades da Administração Municipal, garantindo eficiência, economicidade, qualidade e atendimento ao interesse público na realização dos Festejos Juninos 2026 do Município de Quijingue/BA.

05 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.

5.1. A contratação deverá ser executada por empresa regularmente constituída e apta ao fornecimento de materiais de ornamentação e decoração temática, compatíveis com as especificações e quantitativos definidos pela Administração Municipal.

5.2. Os materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, de boa qualidade, adequados à finalidade pretendida e em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

5.3. Os produtos deverão apresentar resistência, durabilidade, acabamento adequado e características compatíveis com sua utilização em ambientes internos e externos, considerando as condições climáticas do período de realização dos festejos.

5.4. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, livres de defeitos de fabricação, danos, rasgos, manchas, deformações ou quaisquer inconformidades que comprometam sua utilização.

5.5. O fornecimento compreenderá todos os materiais necessários à ornamentação temática junina, incluindo bandeirolas, tecidos decorativos, malhas, adereços temáticos, elementos cenográficos, peças decorativas, materiais de ambientação e demais itens especificados pela Administração.

5.6. Os materiais deverão observar as características visuais e culturais relacionadas aos festejos juninos, contribuindo para a adequada ambientação dos espaços públicos destinados ao evento.

5.7. A contratada deverá garantir que os materiais fornecidos atendam aos padrões mínimos de qualidade exigidos pelo mercado e às especificações constantes da proposta vencedora.

5.8. O fornecimento será realizado mediante emissão de Ordem de Fornecimento expedida pela Administração Municipal, contendo os quantitativos, especificações e local de entrega dos materiais.

5.9. A entrega deverá ocorrer dentro do prazo estabelecido pela Administração, em local previamente indicado, observando as condições de acondicionamento e transporte adequadas para preservação da integridade dos produtos.

5.10. Todos os custos relativos à aquisição, embalagem, transporte, carregamento, descarregamento, seguros, tributos, encargos e demais despesas necessárias à execução do objeto serão de responsabilidade da contratada.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

5.11. A contratada deverá substituir, sem ônus para a Administração, os materiais que apresentarem defeitos, vícios, danos ou qualquer desconformidade em relação às especificações exigidas.

5.12. A empresa deverá manter durante toda a execução da contratação as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigidas no procedimento de contratação.

5.13. Os materiais deverão ser entregues acompanhados da respectiva documentação fiscal, contendo as informações necessárias à conferência e ao recebimento pela Administração.

5.14. A contratada deverá observar as normas de segurança, qualidade e sustentabilidade aplicáveis ao objeto, promovendo o uso adequado dos materiais e a correta destinação de eventuais resíduos gerados durante o fornecimento.

5.15. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que não atendam às especificações estabelecidas, cabendo à contratada realizar a substituição dos itens recusados no prazo fixado pela fiscalização.

5.16. A execução da contratação deverá observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, qualidade, interesse público e desenvolvimento sustentável, assegurando o adequado atendimento das necessidades da Administração Municipal para realização dos Festejos Juninos 2026.

06 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.

6.1. O objeto será executado mediante fornecimento dos materiais de ornamentação e decoração temática junina, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

6.2. O fornecimento ocorrerá mediante emissão de Ordem de Fornecimento expedida pela Administração Municipal, contendo a relação dos materiais solicitados, quantitativos, local de entrega e demais informações necessárias à execução da contratação.

6.3. A contratada deverá fornecer todos os materiais solicitados em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas pela Administração, observando padrões adequados de qualidade, resistência, acabamento e durabilidade.

6.4. Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados, embalados e protegidos contra danos decorrentes do transporte, armazenamento e manuseio.

6.5. A entrega deverá ocorrer nos locais indicados pela Administração Municipal, compreendendo praças públicas, prédios públicos, espaços de eventos, almoxarifados ou outros locais previamente definidos pelo Município.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

6.6. O prazo para entrega dos materiais será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, salvo prazo diverso estabelecido pela Administração em razão da necessidade do evento.

6.7. Em razão da natureza da contratação e da proximidade dos festejos, a Administração poderá solicitar entregas em caráter de urgência, devendo a contratada adotar as medidas necessárias para atendimento da demanda dentro dos prazos estabelecidos.

6.8. Todos os custos relativos à aquisição dos materiais, transporte, carregamento, descarregamento, embalagens, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas necessárias à execução contratual serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

6.9. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, livres de defeitos, avarias, rasgos, deformações, manchas ou quaisquer inconformidades que comprometam sua utilização.

6.10. A Administração realizará a conferência quantitativa e qualitativa dos materiais fornecidos, verificando a conformidade com as especificações constantes da Ordem de Fornecimento e deste Termo de Referência.

6.11. Os materiais que apresentarem defeitos, vícios, divergências de especificação ou qualquer desconformidade poderão ser recusados pela Administração, ficando a contratada obrigada a substituí-los sem qualquer ônus adicional.

6.12. A substituição dos materiais recusados deverá ocorrer no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação emitida pela fiscalização da contratação.

6.13. A contratada deverá manter comunicação permanente com o fiscal da contratação, fornecendo informações sobre o andamento dos fornecimentos sempre que solicitado.

6.14. Os quantitativos constantes da planilha possuem caráter estimativo, podendo a Administração solicitar os materiais conforme sua necessidade efetiva, sem obrigação de contratação integral dos quantitativos previstos.

6.15. O fornecimento deverá observar rigorosamente os princípios da eficiência, economicidade, qualidade, continuidade administrativa e interesse público, garantindo que os materiais sejam disponibilizados em tempo hábil para a realização dos Festejos Juninos 2026.

6.16. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Administração Municipal, que poderá realizar inspeções, diligências, conferências e verificações destinadas a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

07 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

Base legal: Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

7.1. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. A Administração designará gestor e fiscal da contratação, aos quais competirá acompanhar a execução do objeto, verificar o cumprimento das obrigações assumidas, registrar ocorrências e adotar as providências necessárias para assegurar a regular execução contratual.

7.3. O gestor da contratação será responsável pelo acompanhamento administrativo da execução, pela coordenação das atividades relacionadas ao ajuste e pela adoção das medidas necessárias ao cumprimento dos objetivos da contratação.

7.4. O fiscal da contratação será responsável pela conferência dos materiais entregues, verificação dos quantitativos, análise da conformidade das especificações técnicas e emissão dos atestos necessários para fins de recebimento e pagamento.

7.5. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, defeitos ou falhas constatadas.

7.6. A contratada deverá indicar representante responsável pelo acompanhamento da execução da contratação, atuando como interlocutor junto à Administração para atendimento das demandas e esclarecimento de eventuais dúvidas.

7.7. Todas as solicitações de fornecimento serão formalizadas mediante emissão de Ordem de Fornecimento, documento que servirá como instrumento de controle da execução e dos quantitativos efetivamente demandados.

7.8. O acompanhamento da execução será realizado por meio da conferência das entregas, análise da documentação fiscal, verificação das especificações dos materiais e registros efetuados pela fiscalização.

7.9. A Administração poderá promover diligências, inspeções e verificações sempre que entender necessárias para assegurar a conformidade dos materiais fornecidos com as exigências estabelecidas na contratação.

7.10. Os materiais entregues serão submetidos à conferência quantitativa e qualitativa, observando-se os requisitos de qualidade, resistência, acabamento, integridade e compatibilidade com as especificações constantes deste Termo de Referência.

7.11. Constatadas irregularidades, defeitos, vícios ou divergências nas especificações dos materiais fornecidos, a contratada será formalmente notificada para promover a substituição dos itens, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

7.12. Todas as ocorrências relacionadas à execução da



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

contratação serão registradas pela fiscalização, inclusive notificações, solicitações de correção, substituições de materiais e demais fatos relevantes para o acompanhamento contratual.

7.13. A contratada deverá prestar todas as informações solicitadas pela Administração, disponibilizando documentos e esclarecimentos necessários ao adequado acompanhamento da execução do objeto.

7.14. O recebimento dos materiais não exclui a responsabilidade da contratada por defeitos, vícios ocultos ou inconformidades que venham a ser identificadas posteriormente pela Administração.

7.15. O pagamento somente será processado após a conferência dos materiais entregues, emissão do recebimento definitivo e atesto da nota fiscal pelo fiscal da contratação.

7.16. Durante toda a execução da contratação, a empresa deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação direta.

7.17. O descumprimento das obrigações assumidas poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.18. A gestão da contratação observará os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência, planejamento, interesse público e boa gestão dos recursos públicos.

7.19. A Administração adotará todas as medidas necessárias para assegurar que os materiais de ornamentação e decoração temática sejam fornecidos em conformidade com as necessidades dos Festejos Juninos 2026, garantindo a adequada execução do objeto e o atendimento do interesse público.

08 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Base legal: Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

8.1. A medição do objeto será realizada com base nos quantitativos efetivamente fornecidos e entregues pela contratada, observando-se as especificações constantes deste Termo de Referência, da proposta apresentada e das respectivas Ordens de Fornecimento emitidas pela Administração.

8.2. Para fins de medição, somente serão considerados os materiais efetivamente entregues, conferidos e aceitos pela fiscalização da contratação, após verificação da conformidade com as especificações técnicas exigidas.

8.3. A conferência dos materiais compreenderá a verificação dos quantitativos, características, qualidade, integridade, acabamento e demais requisitos previstos na contratação.

8.4. Não serão objeto de medição os materiais entregues em desacordo com as especificações estabelecidas, com defeitos, avarias, vícios, danos ou qualquer inconformidade que comprometa sua utilização.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

8.5. Os materiais recusados pela fiscalização deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus para a Administração, não sendo considerados para fins de pagamento até a sua regularização.

8.6. A medição será formalizada mediante atesto do fiscal da contratação, após a conferência e aceitação dos materiais efetivamente fornecidos.

8.7. O pagamento será realizado de acordo com os quantitativos efetivamente entregues e recebidos pela Administração, observando os preços unitários constantes da proposta vencedora e do instrumento contratual.

8.8. A contratada deverá apresentar nota fiscal correspondente aos materiais fornecidos, acompanhada dos documentos exigidos pela legislação vigente e pelos instrumentos que regem a contratação.

8.9. O pagamento ficará condicionado à verificação da regular execução do objeto, à emissão do recebimento definitivo e ao atesto da nota fiscal pelo fiscal da contratação.

8.10. Constatadas inconsistências na documentação apresentada ou irregularidades na execução do objeto, o pagamento ficará suspenso até a completa regularização da pendência, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

8.11. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária em conta corrente de titularidade da contratada, após a liquidação da despesa pela Administração Municipal.

8.12. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento definitivo dos materiais e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada, observadas as disposições do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

8.13. Nos pagamentos realizados serão observadas as retenções tributárias, fiscais e previdenciárias previstas na legislação vigente, quando aplicáveis.

8.14. Os preços contratados deverão contemplar todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo aquisição dos materiais, transporte, embalagens, carregamento, descarregamento, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas diretas e indiretas relacionadas ao fornecimento.

8.15. Não será admitido pagamento antecipado, salvo nas hipóteses expressamente previstas na Lei nº 14.133/2021 e devidamente justificadas pela Administração.

8.16. Em caso de atraso no pagamento por responsabilidade exclusiva da Administração, poderão ser aplicados os critérios de atualização financeira previstos na legislação vigente e no instrumento contratual.

8.17. A Administração poderá efetuar glosas, compensações ou



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

retenções legalmente admitidas quando constatadas irregularidades na execução da contratação ou pagamentos realizados indevidamente.

8.18. Os procedimentos de medição e pagamento observarão os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, assegurando a correta aplicação dos recursos destinados à realização dos Festejos Juninos 2026 do Município de Quijingue/BA.

09 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Base legal: Art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

9.1 A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento licitatório, na modalidade **pregão eletrônico**, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum.

9.2 O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global**, considerando o conjunto da solução, de forma a garantir a contratação mais vantajosa para a Administração.

9.3 A adoção do critério de menor preço global justifica-se pela natureza integrada da solução, cuja execução depende da perfeita interação entre seus componentes, não sendo tecnicamente recomendável o fracionamento.

9.4 Forma de Disputa

9.4.1 A disputa será realizada por meio de lances sucessivos, em sessão pública eletrônica, conforme regras estabelecidas no edital.

9.4.2 Será adotado o modo de disputa aberto, podendo haver fase de negociação ao final da etapa de lances.

9.4.3 O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de **1% (um por cento)** sobre o valor da proposta.

9.5 Critérios de Aceitabilidade da Proposta

9.5.1 Serão desclassificadas as propostas que:

9.5.1.1 Não atenderem às exigências do edital e deste Termo de Referência;

9.5.1.2 Apresentarem preços inexequíveis ou manifestamente inexequíveis;

9.5.1.3 Não demonstrarem viabilidade técnica da solução ofertada;

9.5.1.4 Apresentarem inconsistências que comprometam a execução do objeto.

9.5.2 Para fins de análise de exequibilidade, poderão ser exigidos documentos complementares, tais como planilhas de custos, memórias de cálculo e comprovação de preços praticados, nos termos da legislação vigente.

10 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

Base legal: Art. 66, Art. 67, Art. 68, Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

10.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

10.1.1 Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua habilitação jurídica, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.1.1.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.1.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.1.1.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.1.4 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME Nº 77, de 18 de março de 2020.

10.1.1.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.1.1.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.1.1.7 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.2 Documento de Identificação do Representante Legal

10.2.1 A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documento oficial de identificação com foto do titular, sócio ou representante legal da licitante, com o objetivo de verificar a legitimidade da representação.

10.2.2 A ausência do documento de identificação não implicará, por si só, a inabilitação da licitante, podendo ser suprida mediante diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3 Serão considerados documentos oficiais de identificação,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

dentre outros:

- ✓ Carteira de Identidade (RG);
- ✓ Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- ✓ Carteira profissional expedida por conselho de classe;
- ✓ Passaporte.

10.2.4 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.5 Disposições Gerais

a) Os documentos apresentados deverão estar em plena vigência e compatíveis com o objeto da licitação;

b) A comprovação da habilitação jurídica poderá ser realizada por meio de documentos eletrônicos, quando admitido pelo instrumento convocatório;

c) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido não implicará, automaticamente, a inabilitação do licitante, podendo ser sanada mediante diligência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

d) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação, nos termos do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, considerando o porte e a complexidade do objeto, plenamente executável por empresas individualmente.

e) A vedação se justifica em razão da natureza técnica e integrada do objeto, que exige responsabilidade operacional direta, coordenação executiva unificada, gestão centralizada de engenharia e execução contínua das atividades críticas, de modo que a participação consorciada poderá comprometer a padronização técnica, a segurança da execução e a responsabilidade contratual.

10.3 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.

10.3.1 Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista, mediante a apresentação dos seguintes documentos, nos termos da legislação vigente:

10.3.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.3.1.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, negativa ou positiva com efeitos de negativa.

10.3.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

10.3.1.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.3.1.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.3.1.8 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.

10.3.1.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou ainda Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.2 Disposições Gerais

a) As certidões deverão estar válidas na data da sessão pública do certame;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, na forma da lei;

c) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista poderá observar o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável;

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na legislação.

10.4 Qualificação Econômico-Financeira

10.4.1 Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua qualificação econômico-financeira, visando demonstrar capacidade para assumir as obrigações decorrentes da contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.4.1.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples

10.4.1.2 Certidões negativas de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedidas pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitas Certidões com mais de 30 (trinta) dias corridos, contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização desta licitação, apenas consideradas para esse fim, aquelas que não têm prazo de validade próprio - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

10.4.1.3 Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta)



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

dias da data da licitação.

10.4.1.4 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, comprovando:

10.4.1.4.1 Índices de Liquidez Geral (LG);

10.4.1.4.2 Liquidez Corrente (LC);

10.4.1.4.3 Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.4.1.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.4.1.6 Os Microempreendedores Individuais – MEI ficam dispensados da apresentação de balanço patrimonial, nos termos da legislação vigente.

10.4.1.7 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.4.1.8 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.4.1.9 A boa situação financeira do licitante será comprovada com a apresentação de Declaração contendo as Demonstrações Contábeis transcritas do instrumento próprio, completando-se com a indicação e assinaturas do titular ou de representante legal da empresa e do profissional da contabilidade legalmente habilitado de forma digital com base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021 e artigo 1184, inciso II do Código Civil para Demonstrações que possuam mais de 90 (noventa) dias após o registro no Órgão competente, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial.

10.4.2 Disposições Gerais

a) Os documentos deverão estar válidos e compatíveis com o objeto da contratação, na data da sessão pública;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, quando prevista em lei;

c) A exigência de qualificação econômico-financeira observará os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, não sendo admitidas exigências excessivas ou desnecessárias;

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.5 Qualificação Técnica:

10.5.1 Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

licitantes deverão comprovar sua qualificação técnica, demonstrando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica.

10.5.1.1 O(s) atestado(s) deverá(ão) ser fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante executou ou está executando, de forma satisfatória, serviços de natureza compatível com o objeto desta contratação, especialmente serviços de mão de obra para atividades de limpeza urbana, varrição manual, coleta seletiva ou serviços operacionais correlatos.

10.5.1.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, a identificação do contratante, a descrição dos serviços executados, o período de execução e o local da prestação dos serviços, de modo a possibilitar a aferição da compatibilidade com o objeto licitado.

10.5.1.3 Será admitida a comprovação da capacidade técnica por meio da soma de atestados, desde que, em conjunto, demonstrem a aptidão do licitante para a execução do objeto.

10.5.1.4 A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade e a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados.

10.5.2 A comprovação da capacidade técnico-operacional deverá demonstrar a execução de serviços com características semelhantes às do objeto da contratação, considerando a disponibilização de mão de obra, gestão de equipes e execução de atividades contínuas.

10.5.3 Não será exigida comprovação de propriedade de bens ou equipamentos específicos, tendo em vista que o objeto da contratação se refere à prestação de serviços com fornecimento de mão de obra.

10.5.4 A licitante deverá declarar que possui capacidade operacional para disponibilização de profissionais em quantidade suficiente para atendimento das demandas da Administração, nos termos deste Termo de Referência.

10.5.5 O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, incluindo, quando solicitado, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço do contratante e local da execução dos serviços.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Base legal: Arts. 92, 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.1. Fornecer os materiais de ornamentação e decoração temática em estrita conformidade com as especificações, quantitativos, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, na proposta apresentada e na contratação firmada.

11.2. Entregar todos os materiais novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de conservação, utilização e funcionamento,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

observando os padrões de qualidade exigidos pela Administração.

11.3. Responsabilizar-se integralmente pela aquisição, acondicionamento, embalagem, transporte, carregamento, descarregamento e entrega dos materiais nos locais indicados pela Administração Municipal.

11.4. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para fornecimento dos materiais, garantindo sua disponibilização em tempo hábil para a realização dos Festejos Juninos 2026.

11.5. Substituir, às suas expensas, os materiais que apresentarem defeitos, avarias, vícios, baixa qualidade ou qualquer desconformidade com as especificações exigidas pela Administração.

11.6. Manter durante toda a execução da contratação as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação direta.

11.7. Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

11.8. Atender prontamente às solicitações da Administração, prestando todos os esclarecimentos necessários acerca dos materiais fornecidos e da execução da contratação.

11.9. Designar representante responsável para acompanhar a execução da contratação e atuar como interlocutor junto à Administração Municipal.

11.10. Comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer o fornecimento dos materiais ou o cumprimento dos prazos estabelecidos.

11.11. Permitir e facilitar a atuação da fiscalização da contratação, fornecendo informações, documentos e demais elementos necessários ao acompanhamento da execução do objeto.

11.12. Responder integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de falhas, defeitos, irregularidades ou condutas relacionadas à execução da contratação.

11.13. Garantir que os materiais fornecidos atendam às características de qualidade, resistência, acabamento e durabilidade compatíveis com sua finalidade e utilização durante os festejos.

11.14. Responsabilizar-se pela substituição imediata dos materiais rejeitados pela fiscalização em razão de defeitos, danos, divergências ou inconformidades verificadas no recebimento.

11.15. Entregar os materiais acompanhados da respectiva documentação fiscal, contendo todas as informações necessárias à conferência e liquidação da despesa.

11.16. Observar as normas de segurança, qualidade,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

sustentabilidade e proteção ambiental aplicáveis às atividades relacionadas ao fornecimento dos materiais.

11.17. Promover a adequada destinação de embalagens, resíduos e demais materiais decorrentes de suas atividades, observando a legislação ambiental vigente.

11.18. Não transferir a terceiros as obrigações assumidas sem prévia e expressa autorização da Administração, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

11.19. Cumprir todas as determinações emitidas pela fiscalização da contratação, adotando as medidas corretivas necessárias para regularização de eventuais inconformidades.

11.20. Manter sigilo sobre informações, documentos e dados eventualmente disponibilizados pela Administração em razão da execução da contratação, quando aplicável.

11.21. Responsabilizar-se pela veracidade das informações prestadas e pela legitimidade dos documentos apresentados durante a execução da contratação.

11.22. Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Aviso de Contratação Direta, deste Termo de Referência e dos demais documentos que integram o Processo Administrativo nº 094/2026.

11.23. Arcar com quaisquer prejuízos decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.24. Executar o objeto observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, boa-fé, qualidade, interesse público e continuidade administrativa, assegurando o adequado atendimento das necessidades do Município de Quijingue/BA.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Base legal: Arts. 92, 117 e 141 da Lei nº 14.133/2021.

12.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a contratada possa executar o objeto da contratação de forma adequada e eficiente, observadas as disposições deste Termo de Referência e da legislação aplicável.

12.2. Fornecer à contratada as informações, orientações e demais elementos necessários à perfeita execução do objeto contratado.

12.3. Emitir as Ordens de Fornecimento contendo os quantitativos, especificações e locais de entrega dos materiais, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

12.4. Designar gestor e fiscal da contratação para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

12.5. Acompanhar, fiscalizar e verificar a execução da contratação, observando o cumprimento das obrigações assumidas pela



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

contratada.

12.6. Receber, conferir e avaliar os materiais fornecidos, verificando sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

12.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que apresentarem defeitos, vícios, avarias, baixa qualidade ou qualquer desconformidade em relação às exigências da contratação.

12.8. Notificar formalmente a contratada acerca de falhas, irregularidades, atrasos ou descumprimentos identificados durante a execução do objeto.

12.9. Exigir a substituição dos materiais recusados ou considerados inadequados, observados os prazos estabelecidos pela fiscalização da contratação.

12.10. Atestar as notas fiscais e demais documentos de cobrança após a verificação da regular execução do objeto e do recebimento definitivo dos materiais fornecidos.

12.11. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, observadas as disposições do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

12.12. Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na legislação vigente e nos instrumentos que regem a contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.13. Comunicar à contratada quaisquer alterações, orientações ou necessidades que possam impactar a execução do objeto.

12.14. Manter os registros e documentos relativos à execução da contratação, promovendo o adequado controle administrativo e financeiro do ajuste.

12.15. Prestar os esclarecimentos necessários à contratada quando relacionados à execução do objeto contratado.

12.16. Verificar, durante a execução da contratação, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas da contratada.

12.17. Promover o recebimento provisório e definitivo dos materiais fornecidos, observando os critérios e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência.

12.18. Adotar as providências necessárias para garantir a adequada execução da contratação e o atendimento do interesse público.

12.19. Zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência durante toda a execução da contratação.

12.20. Cumprir e fazer cumprir as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Aviso de Contratação Direta, deste Termo de Referência e dos demais documentos que integram o Processo Administrativo nº 094/2026.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

12.21. Disponibilizar local adequado para recebimento e conferência dos materiais fornecidos, quando aplicável.

12.22. Adotar as medidas administrativas necessárias para assegurar que os materiais de ornamentação e decoração temática sejam utilizados na preparação e ambientação dos espaços destinados à realização dos Festejos Juninos 2026 do Município de Quijingue/BA.

13 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Base legal: Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

13.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, pelo atraso injustificado na entrega dos materiais, pelo descumprimento das obrigações assumidas ou pela prática de quaisquer infrações previstas na Lei nº 14.133/2021, a contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas no art. 156 da referida Lei, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.2. As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observadas a gravidade da infração, a extensão do dano causado à Administração, a reincidência, a vantagem auferida e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

13.2. SANÇÕES APLICÁVEIS

13.2.1. Poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

13.2.1.1. Advertência;

13.2.1.2. Multa;

13.2.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

13.2.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3. MULTAS

13.3.1. A contratada estará sujeita à aplicação de multas nos seguintes casos:

13.3.1.1. Multa de mora, pelo atraso injustificado na entrega dos materiais solicitados;

13.3.1.2. Multa compensatória, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado;

13.3.1.3. Multa pelo fornecimento de materiais em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

13.3.1.4. Multa pelo descumprimento de obrigações contratuais que causem prejuízo à Administração.

13.3.2. Os percentuais, limites, critérios de cálculo e condições de aplicação das multas serão estabelecidos no instrumento contratual, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e vedação ao enriquecimento sem causa.

13.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

13.4.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

Administração Pública será aplicada nas hipóteses previstas no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

13.4.2. O prazo da sanção será de até 03 (três) anos, conforme a gravidade da infração cometida e observados os critérios legalmente estabelecidos.

13.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

13.5.1. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada nas hipóteses previstas no art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

13.5.2. A penalidade produzirá efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, na forma prevista na legislação vigente.

13.6. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

13.6.1. A aplicação das sanções observará, obrigatoriamente:

13.6.1.1. A instauração de processo administrativo próprio;

13.6.1.2. A garantia do contraditório e da ampla defesa;

13.6.1.3. A notificação da contratada para apresentação de defesa;

13.6.1.4. A análise dos fatos e das justificativas apresentadas;

13.6.1.5. A emissão de decisão devidamente fundamentada pela autoridade competente.

13.7. REGISTRO DAS PENALIDADES

13.7.1. As sanções aplicadas poderão ser registradas nos sistemas oficiais de cadastro de fornecedores e nos demais sistemas de controle utilizados pela Administração Pública, conforme previsto na legislação vigente.

13.7.2. A aplicação das penalidades não afasta a obrigação da contratada de reparar integralmente os danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros em decorrência de sua conduta.

13.8. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.8.1. A aplicação de qualquer sanção administrativa não exime a contratada do cumprimento das obrigações assumidas, nem impede a Administração de adotar outras medidas legalmente cabíveis para resguardar o interesse público.

13.8.2. As sanções previstas neste Termo de Referência serão aplicadas em conformidade com os arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à matéria.

14 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

14.1. O valor estimado para a presente contratação foi definido mediante realização de pesquisa de preços em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando-se pesquisa direta junto a fornecedores do ramo pertinente ao objeto da contratação.

14.2. A pesquisa mercadológica contemplou a obtenção de propostas junto a fornecedores especializados em materiais de ornamentação e decoração temática, sendo adotado como método para definição dos preços estimados a média aritmética dos valores coletados, observando-se as boas práticas de planejamento das contratações públicas.

14.3. Com base no Relatório de Cotação elaborado pelo Setor de Compras do Município, o valor global estimado para a contratação é de **R\$ 65.073,75 (sessenta e cinco mil, setenta e três reais e setenta e cinco centavos)**.

14.4. O valor estimado compreende todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo aquisição dos materiais, transporte, carregamento, descarregamento, tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o fornecimento.

14.5. Os preços unitários e o valor global apurados servem como parâmetro para análise da vantajosidade da contratação, julgamento das propostas e verificação da compatibilidade dos valores ofertados com os preços praticados no mercado.

14.6. A Administração Pública reserva-se o direito de realizar diligências destinadas à verificação da exequibilidade das propostas apresentadas, sempre que necessário, observando os princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

14.7. A estimativa de preços constante neste Termo de Referência possui caráter referencial e foi elaborada exclusivamente para subsidiar a instrução do Processo Administrativo nº 094/2026, não gerando obrigação de contratação pelo valor estimado.

14.8. O detalhamento dos preços unitários, quantitativos e memória de cálculo encontra-se devidamente registrado no Relatório de Cotação que integra os autos do processo administrativo correspondente.

14.9. A Administração conclui que o valor estimado de **R\$ 65.073,75** mostra-se compatível com os preços praticados no mercado para o fornecimento dos materiais de ornamentação e decoração temática destinados à realização dos Festejos Juninos 2026 do Município de Quijingue/BA.

15 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Base legal: Art. 7º da Lei nº 14.133/2021.

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
---------	-------------------	---------------------	-------



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

1000 Secretaria Municipal de Cultura	2.042 Manifestações e promoções culturais e tradicionais	3.3.90.30.00 Material de Consumo	1.500.0000 Recursos não Vinculado de Impostos 1.749.0000 Outras vinculações de transferências
---	--	--	--

15.2. As despesas encontram-se compatíveis com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), atendendo às exigências legais vigentes.

18 - SUSTENTABILIDADE / IMPACTO AMBIENTAL:

Base legal: art. 18, §1º, XII da lei nº 14.133/2021.

18.1. A presente contratação deverá observar os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência na utilização dos recursos públicos e da proteção ao meio ambiente, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

18.2. Os materiais de ornamentação e decoração temática deverão, sempre que possível, ser produzidos com matérias-primas que apresentem menor impacto ambiental, observando critérios de durabilidade, reutilização e redução da geração de resíduos.

18.3. A contratada deverá adotar práticas ambientalmente responsáveis durante as etapas de fornecimento, transporte, acondicionamento e entrega dos materiais, buscando minimizar desperdícios e reduzir impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

18.4. Sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, deverão ser priorizados materiais recicláveis, reutilizáveis ou passíveis de reaproveitamento em futuras ações culturais e eventos promovidos pela Administração Municipal.

18.5. As embalagens utilizadas para acondicionamento dos materiais deverão ser compatíveis com a proteção adequada dos produtos, evitando excessos que resultem em geração desnecessária de resíduos sólidos.

18.6. A contratada deverá observar a legislação ambiental vigente quanto à destinação adequada de resíduos eventualmente gerados durante suas atividades, responsabilizando-se pelo correto descarte dos materiais sob sua responsabilidade.

18.7. A Administração Municipal buscará promover o reaproveitamento dos materiais de ornamentação que apresentem condições de utilização após a realização dos Festejos Juninos 2026, contribuindo para a racionalização dos recursos públicos e redução dos impactos ambientais.

18.8. Considerando a natureza do objeto, os impactos ambientais decorrentes da contratação são classificados como de baixa magnitude, uma vez que se trata de fornecimento de materiais decorativos destinados a



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

evento temporário, sem previsão de intervenções permanentes no meio ambiente.

18.9. Ainda assim, deverão ser adotadas medidas preventivas voltadas à redução da geração de resíduos, ao consumo consciente de materiais e à destinação ambientalmente adequada dos itens que não possam ser reaproveitados após o encerramento das festividades.

18.10. A contratada deverá cumprir integralmente as normas ambientais federais, estaduais e municipais aplicáveis ao objeto da contratação, respondendo por eventuais danos ambientais decorrentes de sua atuação, nos termos da legislação vigente.

18.11. A presente contratação contribui para a promoção da sustentabilidade administrativa ao incentivar a utilização racional dos materiais, o reaproveitamento de estruturas decorativas e a adoção de práticas ambientalmente responsáveis durante a execução do objeto.

18.12. Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais relacionados à contratação são reduzidos e plenamente mitigáveis mediante a adoção das medidas de sustentabilidade previstas neste Termo de Referência, atendendo às exigências do art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.

19- JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO:

Base legal: Art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

19.1. Em atendimento ao disposto no art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a Administração realizou análise técnica acerca da possibilidade de parcelamento do objeto da presente contratação.

19.2. Após avaliação das características da demanda, verificou-se que os materiais de ornamentação e decoração temática destinados aos Festejos Juninos 2026 possuem elevada interdependência funcional, operacional e estética, sendo destinados à composição de um único projeto de ambientação e decoração dos espaços públicos do Município.

19.3. A divisão do objeto em lotes distintos poderia comprometer a padronização visual da ornamentação, dificultar a compatibilização dos materiais fornecidos, gerar divergências de qualidade, acabamento, cores e especificações, além de aumentar os riscos de incompatibilidade entre os itens necessários à execução da decoração temática.

19.4. A adoção de lote único possibilita maior uniformidade dos materiais, melhor coordenação logística, padronização estética da decoração e maior eficiência no gerenciamento da contratação pela Administração Municipal.

19.5. A contratação por lote único também contribui para a redução de custos administrativos relacionados à gestão, fiscalização, recebimento e acompanhamento da execução contratual, proporcionando maior eficiência operacional.

19.6. Considerando o valor estimado da contratação de **R\$**



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

65.073,75, bem como a natureza integrada dos materiais que compõem o objeto, conclui-se que o agrupamento em lote único não compromete a competitividade do certame, permanecendo acessível a fornecedores atuantes no segmento de ornamentação e decoração de eventos.

19.7. O parcelamento, neste caso específico, não se mostra técnica nem economicamente vantajoso para a Administração, uma vez que os itens foram concebidos para atender de forma conjunta e complementar às necessidades de ambientação dos Festejos Juninos 2026.

19.8. Dessa forma, com fundamento no art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, fica justificada a adoção do critério de julgamento por **LOTE ÚNICO**, em razão da necessidade de padronização dos materiais, integração da solução, eficiência da execução contratual, economicidade administrativa e atendimento do interesse público.

20 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

Base legal: Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

20.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza contínua.

20.2. A prorrogação da vigência contratual estará condicionada à demonstração da vantajosidade para a Administração, à manutenção das condições iniciais da contratação e ao interesse público devidamente justificado.

20.3. Para fins de prorrogação, deverão ser observados, cumulativamente, a execução satisfatória do contrato, a manutenção das condições de habilitação da contratada e a existência de disponibilidade orçamentária.

20.4. A formalização da prorrogação ocorrerá mediante termo aditivo, devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

20.5. A vigência contratual poderá ser encerrada nas hipóteses de rescisão previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

20.6. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua durante toda a vigência contratual, sendo vedada a interrupção injustificada, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

21 – DISPOSIÇÕES FINAIS

Base legal: Lei nº 14.133/2021.

21.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, constituindo documento integrante da fase preparatória do Processo Administrativo nº 094/2026 e do Aviso de Contratação Direta nº DE003/2026PMQ.

21.2. As especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência foram definidos com base nas



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

necessidades identificadas pela Administração Municipal para a realização dos Festejos Juninos 2026.

21.3. A participação no procedimento de contratação implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Aviso de Contratação Direta, na proposta apresentada e nos demais documentos que compõem o processo administrativo.

21.4. Os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, não gerando obrigação de aquisição integral por parte da Administração, que realizará as contratações conforme sua necessidade e disponibilidade orçamentária.

21.5. A contratada deverá manter durante toda a execução da contratação as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento, bem como cumprir integralmente as obrigações assumidas.

21.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nos princípios que regem a Administração Pública e nas demais normas aplicáveis à matéria.

21.7. Eventuais alterações contratuais observarão as hipóteses e os limites estabelecidos nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificadas e formalizadas.

21.8. A fiscalização da execução do objeto será exercida por servidor formalmente designado pela Administração, competindo-lhe acompanhar, controlar e verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

21.9. O pagamento, as sanções administrativas, o recebimento do objeto, as obrigações das partes e demais condições contratuais observarão as disposições estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação vigente.

21.10. A Administração poderá promover diligências, solicitar esclarecimentos e exigir documentos complementares sempre que entender necessário à adequada instrução processual, fiscalização da execução e proteção do interesse público.

21.11. A contratação tem por finalidade assegurar a adequada ornamentação e ambientação dos espaços públicos destinados à realização dos Festejos Juninos 2026, contribuindo para a valorização da cultura local, fortalecimento das tradições populares e promoção do desenvolvimento cultural do Município.

21.12. Integram este Termo de Referência, para todos os fins legais, a pesquisa de preços, o Documento de Formalização de Demanda – DFD, os orçamentos obtidos, os documentos de planejamento da contratação e demais peças constantes do Processo Administrativo nº 094/2026.

21.13. A contratação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência, competitividade, interesse público e



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

21.14. Considerando a existência de necessidade administrativa devidamente justificada, disponibilidade orçamentária e adequação da solução proposta ao interesse público, o presente Termo de Referência encontra-se apto a subsidiar a realização da contratação pretendida.

Quijingue/BA, em 29 de maio de 2026.

Raquel de Andrade Barreto
Secretária Municipal de Turismo e Cultura



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº DE003/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 094/2026
ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
DISPENSABILIDADE DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Para os fins dos presentes autos, registra-se que a fase preparatória da contratação foi devidamente instruída com os elementos necessários à adequada caracterização da demanda, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

No âmbito do Município de Quijingue/BA, o Decreto Municipal nº 460/2024, em seu art. 4º, §1º, estabelece que a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP é facultada nas hipóteses previstas nos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e dispensada na hipótese do inciso III do mesmo artigo, bem como nos casos de prorrogação de contratos de serviços e fornecimentos contínuos.

No caso em análise, verifica-se que a contratação pretendida consiste no fornecimento de materiais de ornamentação e decoração temática destinados à realização dos Festejos Juninos 2026 do Município de Quijingue/BA, caracterizando-se como aquisição de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado e com especificações técnicas objetivamente definidas, não demandando estudos aprofundados acerca de alternativas técnicas ou soluções complexas.

Ademais, trata-se de contratação de baixa complexidade técnica, cuja modelagem é amplamente utilizada pela Administração Pública em eventos culturais, não envolvendo inovação tecnológica, desenvolvimento de solução personalizada ou variáveis técnicas que justifiquem a necessidade de aprofundamento típico do Estudo Técnico Preliminar.

Ressalta-se que as informações necessárias e suficientes à adequada instrução processual encontram-se devidamente consolidadas nos artefatos que compõem o presente processo administrativo, especialmente no Documento de Formalização da Demanda – DFD e no Termo de Referência, os quais:

- Caracterizam de forma clara a necessidade administrativa;
- Definem a solução pretendida;
- Estabelecem os requisitos técnicos e operacionais da contratação;
- Delimitam o objeto com precisão;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

- Demonstram a adequação da solução às necessidades da Administração.

Registra-se, ainda, que a não elaboração do Estudo Técnico Preliminar não compromete a viabilidade da contratação, tampouco a segurança jurídica do procedimento, tendo sido observados os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público.

Dessa forma, à luz da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 460/2024, resta devidamente justificada a dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP no presente processo de contratação direta destinado ao fornecimento de materiais de ornamentação e decoração temática para os Festejos Juninos 2026 do Município de Quijingue/BA.

Quijingue/BA, 29 de maio de 2026.

Raquel de Andrade Barreto
Secretária Municipal de Turismo e Cultura



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº DE003/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº094/2026
ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA PADRONIZADO

1. QUALIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

Razão Social da Proponente: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

2. OBJETO:

2.1. O objeto da presente dispensa de licitação é a
.....

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA E MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTID ADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

3. PROPOSTA DE PREÇOS:

Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Federal nº 14.133/2021 e às cláusulas e condições previstas no Aviso de Contratação Direta acima numerado, incluindo os seus Anexos;

Nome e assinatura do Representante legal do proponente

CPF Nº _____

RG Nº _____

(Papel timbrado da proponente)



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº DE003/2026PMQ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 094/2026

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº */******

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ***/****, QUE FAZEM ENTRE SI A **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE – BAHIA**, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento particular, a **Prefeitura Municipal de Quijingue**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSE ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a) XXXXXXXXXXXXXXXX inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designado CONTRATADO(A), neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Dispensa na forma Eletrônica** sob o Nº DE003/2026PMQ, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para *****

nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Dos itens que compõem o objeto:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA E MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

Perfazendo um valor total de R\$....., .. (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. A vigência da presente contratação será de 03 (três) meses, conforme o que preceitua o Art. 106 da lei 14.133/2021, considerada da data de assinatura, o Contrato poderá ser prorrogado de acordo com o Art. 107 da lei 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

Recebimento do Objeto

5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

5.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

5.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.12. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no aviso de contratação; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.13. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

5.17. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

5.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / (DD/MM/AAAA).

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IGP-M** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto Contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

7.2. Proporcionar a Contratada todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

7.3. Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime a Contratada de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

7.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios dos serviços;

7.5. Após o recebimento, a Contratante terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para manifestação acerca do aceite final dos materiais/serviços;

7.6. Em caso de recusa do material, a Contratada deverá efetivar sua substituição no prazo de até 1h contados, a partir da comunicação da recusa, ficando todos os custos decorrentes da substituição às suas expensas;

7.7. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto Contratado;

8.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os serviços, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

8.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

8.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação

exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

8.5. Emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

8.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

8.7. Em sujeição às normas técnicas, os gêneros devem atender aos

requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes;

8.8. A contratada deverá entregar os serviços, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;

8.9. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços que serão entregues;

8.10. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

8.11. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços;

8.12. A empresa deverá apresentar os produtos que fazem parte dos serviços constituídos e embalados com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos;

8.13. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

8.14. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e ainda, efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.16. O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios dos serviços;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

8.17. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços que serão entregues;

8.18. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos serviços fornecidos;

8.19. A contratada deverá executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante;

8.20. A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer nota fiscal correspondente aos serviços comercializados, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão-de-obra dos serviços, transporte até o local da entrega que será no local, previamente, indicado pela Prefeitura Municipal de Quijingue - PMQ;

8.21. Durante a execução de entrega dos serviços, a Contratada é obrigada a prestar informações sobre o andamento dele, e, caso ocorra imprevistos deverá notificar de imediato a Prefeitura Municipal de Quijingue - PMQ, sobre o fato, assim como as devidas medidas que serão tomadas visando à normalização da entrega dos serviços;

8.22. Os serviços deverão ser recebidos pelos respectivos fiscais de contratos, nos dias e horas determinados no termo de referência;

8.23. Nenhum dos serviços contratados poderá ser substituído por outros diversos, salvo por serviços de qualidade comprovadamente superiores e mediante justificativa da Prefeitura Municipal de Quijingue - PMQ por escrito, devidamente fundamentada e aceita pela Prefeitura Municipal de Quijingue - PMQ;

8.24. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou execução do contrato;

i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei) Multa:

(1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(3) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(4) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas deste contrato correm à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Fonte
1000 Secretaria Municipal de Cultura	2.042 Manifestações e promoções culturais e tradicionais	3.3.90.30.00 Material de Consumo	1.500.0000 Recursos não Vinculado de Impostos 1.749.0000 Outras vinculações de transferências

12.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato



Prefeitura Municipal de QUIJUNGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

15.1. Na forma do que dispõe o artigo 117 da Lei Nº 14.133/2021, fica designado o servidor **XXXXXXXXX - CPF Nº XXXXXXXX, XXXX, lotada na XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, para acompanhar e fiscalizar execução do presente Contrato.

§ 1º À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§ 2º A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Euclides da Cunha/BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Quijungue (BA), ** de ***** de ****.

Prefeitura Municipal de Quijungue

CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26

José Romero Rocha Matos Filho

Representante legal do CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº DE003/2026PMQ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 094/2026

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº */******

No dia ** de ***** de ****, no (a) **MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSE ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, **RESOLVE** registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor:

CNPJ:

Representante:

Telefone:

Email:

Endereço:

Item	Quantidade	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total

Total: R\$ *****

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de preço e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de preço é até **/**/****, a contar do dia **/**/****.

CLÁUSULA 1ª - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO:

1.1 - Esta Ata não obriga o MUNICÍPIO DE QUIJINGUE a firmar contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições, além de que esta ata de registro de preços consiste em futura e eventual contratação, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1.2 - O preço estimado a ser pago ao Fornecedor acima, observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, através de transferência eletrônica em Conta do Credor.

1.3 - Os pagamentos devidos à Fornecedorora serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

Fiscal/Fatura, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo Contratado e esteja devidamente atestada a execução contratual, devendo ainda a Nota Fiscal discriminar os percentuais das despesas referentes a insumos e a mão de obra.

1.4 – A conta do Credor deverá ser preferencialmente mantida em instituição financeira idêntica ao do CONTRATANTE.

1.5 – Em caso de impossibilidade do cumprimento do item 1.4, o credor ficará responsável pelas custas das tarifas bancárias em decorrência do pagamento.

1.6 - Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos.

CLÁUSULA 2ª - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO:

2.1 - A requisição dos bens ou serviços será formalizada pelo MUNICÍPIO DE QUIJINGUE mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital de **DISPENSA ELETRÔNICA Nº DE003/2026PMQ**.

2.2 - O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA 3ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria do MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

3.2 - Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

3.3 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

CLÁUSULA 4ª - DO CADASTRO DE RESERVA:

4.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

4.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.3 - O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.4 - Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.

4.5 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

hipóteses:

4.5.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

4.5.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula 15ª; e

4.5.3 - Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

CLÁUSULA 5ª - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:

5.1 - Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo FORNECEDOR, parte integrante deste instrumento.

5.1.1. Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às VENCEDORAS dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.

5.1.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA 6ª - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observadas as condições dispostas na Lei federal n.º 14.133/2021, em especial:

6.1.1 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

6.1.2 - Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

6.1.3 - A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

vigência da ata de registro de preços.

6.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

6.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.8 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 7ª - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal n.º 14.133/2021.

7.2 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal n.º 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

CLÁUSULA 8ª - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

8.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado conforme o disposto na Lei federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:

9.1 - Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.2 - Fornecer os bens ou produtos no local de entrega previsto no Edital, acompanhados dos correspondentes termo(s) de garantia.

9.3 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

9.4 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

9.5 - Como condição para Assinatura de Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;

CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE:

10.1 - Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.2 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

11.3 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

12.1 - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

Serviço ou instrumento equivalente.

CLÁUSULA 13ª – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

13.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que o inviabilize preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal n.º 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

13.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.3 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.4 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA 14ª – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

CLÁUSULA 15ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

15.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000.

15.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

15.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.5.1 - Por razão de interesse público;

15.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.

CLÁUSULA 16ª – DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Euclides da Cunha – Bahia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX